



WWW.CDDMOZ.ORG

POLÍTICA MOÇAMBICANA

Domingo, 07 de Junho de 2026 | Ano VI, n.º 744 | Director: Prof. Adriano Nuvunga | www.cddmoz.org

Morte de Dom Osório reacende debate sobre casos sem esclarecimento em Moçambique

- A morte de Dom Osório ocorre num contexto em que vários casos de grande relevância pública permanecem sem esclarecimento, reforçando a necessidade de investigações transparentes e credíveis.



Foi encontrado sem vida, no sábado, 6 de Junho, o bispo da Diocese de Quelimane, Dom Osório Citorá Afonso, na sua residência oficial, na cidade de Quelimane, em circunstâncias ainda por esclarecer. A morte foi confirmada pelo Serviço Nacional de Investigação Criminal (SERNIC) e pela Diocese de Quelimane. Até ao momento, não são conhecidas as causas da morte.

Dom Osório Citorá Afonso torna-se o segundo clérigo encontrado morto em circunstâncias que permanecem sem esclarecimento público em menos de dois anos. O primeiro caso ocorreu em Novembro de 2024, quando o padre Fernão Magalhães Raúl foi encontrado sem vida na sua residência, na cidade de Nampula.

Embora não existam, até ao momento, elementos que permitam estabelecer qualquer ligação entre os dois casos, ambos continuam sem um esclarecimento público conclusivo, situação que tem suscitado preocupação entre fiéis, membros da Igreja Católica e diversos sectores da sociedade. A ausência de informações oficiais sobre as circunstâncias e causas das mortes alimenta especulações e reforça a necessidade de investigações rigorosas, independentes e transparentes.

Neste contexto, torna-se fundamental que as autoridades competentes conduzam investigações céleres e credíveis, tanto para permitir o apuramento da verdade e a eventual responsabilização de autores morais e materiais, caso existam indícios de crime, como para evitar especulações susceptíveis de afectar pessoas, instituições e a própria confiança pública nos órgãos de administração da justiça.

Embora os dois casos tenham ocorrido em contextos distintos, ambos assumiram relevância pública e continuam a suscitar questionamentos. No caso do padre Fernão Magalhães Raúl, a morte ocorreu num período de tensão com a Igreja Católica, após ter decidido concorrer ao cargo de governador da província de Nampula nas eleições de 2024, contrariando as normas do Direito Canónico, que proíbem os clérigos de exercer militância político-partidária activa.

Já Dom Osório Citorá Afonso assumiu responsabilidades de liderança e governação eclesial em momentos particularmente delicados. A sua nomeação para a Diocese de Quelimane ocorreu numa fase em que a diocese enfrentava denúncias relacionadas com alegada má gestão administrativa e financeira. Mais recentemente, havia sido igualmente designado administrador apostólico da Arquidiocese da Beira.

Independentemente das circunstâncias específicas de cada caso, o seu esclarecimento reveste-se de particular importância para a preservação da confiança dos cidadãos nas instituições responsáveis pela investigação criminal e pela administração da justiça.

Quem era Dom Osório Citorá Afonso?

Natural de Ribáuè, província de Nampula, Dom Osório Citorá Afonso nasceu a 6 de Maio de 1972 e pertencia à congregação dos Missionários da Consolata. Foi ordenado sacerdote em 2002, após formação em Moçambique e na República Democrática do Congo, tendo posteriormente aprofundado os estudos bíblicos em Roma e Jerusalém.

Ao longo da sua carreira desempenhou diversas funções pastorais e administrativas em África, na Europa e no Vaticano. Em 2025 foi nomeado bispo da Diocese de Quelimane e, mais recentemente, administrador apostólico da Arquidiocese da Beira, tornando-se uma das figuras mais influentes da Igreja Católica em Moçambique.



UM CONTEXTO MARCADO PELA VIOLÊNCIA, INSEGURANÇA E FALTA DE ESCLARECIMENTOS

A morte de Dom Osório Citorá Afonso ocorre num contexto nacional marcado por elevados níveis de violência e por frequentes casos que permanecem sem esclarecimento público.

Nos últimos anos, Moçambique tem sido confrontado com raptos, assassinatos de figuras públicas, violência política, ataques armados e diversos processos de investigação que permanecem sem desfecho público conhecido.

Esta realidade tem contribuído para o crescimento da percepção de insegurança e para a erosão da confiança dos cidadãos nas instituições responsáveis pela investigação criminal e administração da justiça.

É neste contexto que a morte de Dom Osório Citorá Afonso ganha uma dimensão que ultrapassa a esfera religiosa. Independentemente das conclusões a que as autoridades venham a chegar, a sociedade moçambicana espera uma investigação célere, rigorosa e transparente.

O mesmo se aplica ao caso do padre Fernão Magalhães Raúl, cuja morte continua sem esclarecimento público quase dois anos depois. A ausência de respostas alimenta especulações e fragiliza a confiança dos cidadãos na capacidade das instituições de apurar a verdade e responsabilizar eventuais culpados.

Por essa razão, o esclarecimento destes casos não é apenas uma questão de justiça para as vítimas e suas famílias. É também uma questão de interesse público e de fortalecimento do Estado de Direito.

Conclusão

A morte de Dom Osório Citorá Afonso ultrapassa a sua dimensão humana e religiosa. O caso levanta questões legítimas sobre a segurança dos cidadãos e a capacidade das instituições públicas de esclarecer acontecimentos que geram forte preocupação social.

Num contexto marcado pela violência, pela insegurança e pela persistência de casos sem esclarecimento público, torna-se fundamental que as autoridades conduzam uma investigação rigorosa, independente e transparente. O mesmo imperativo aplica-se ao caso do padre Fernão Magalhães Raúl, cuja morte continua sem esclarecimento público quase dois anos depois.

Mais do que determinar as causas destas mortes, está em causa o reforço da confiança dos cidadãos nas instituições de justiça e a demonstração de que nenhum caso de relevância pública pode permanecer indefinidamente sem respostas. O apuramento da verdade é essencial não apenas para fazer justiça às vítimas e às suas famílias, mas também para preservar a credibilidade do Estado de Direito e combater a percepção de impunidade que continua a preocupar muitos moçambicanos.




MISSÃO

*Inspirar e impulsionar ações para proteger os direitos humanos,
fortalecer a democracia e promover a justiça.*

INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – CENTRO PARA DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: André Mulungo
Autor: CDD
Layout: CDD

Contacto:
Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschield, Cidade de Maputo.
Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: <http://www.cddmoz.org>

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO